

INCRA: INCERTEZAS E AFLIÇÕES

Criado para realizar a reforma agrária, ordenar e gerenciar a estrutura fundiária brasileira, uma das mais desiguais e perversas do mundo, o INCRA agoniza em meio a um presente desalentador, marcado por severas insuficiências de recursos humanos, materiais e financeiros, e um futuro de absoluta incerteza.

Tudo isto vem se dando sob a administração de um Governo de quem se esperava justamente o contrário, em face de seus declarados compromissos com a erradicação da miséria - enquanto prioridade principal de sua plataforma política. Parte expressiva das políticas públicas mitigadoras da pobreza afeta às minorias do campo - assentados da reforma agrária, famílias de trabalhadores rurais acampados na beira das estradas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros entre outros - é da alçada do INCRA.

Não há como imaginar o fim da miséria no Brasil, para além de outras ações públicas provedoras dos direitos fundamentais do homem e da mulher do campo, sem uma “reforma agrária ampla e massiva”. A primeira atitude de um governo que se diz comprometido com esse quesito é cumprir com o determinado pela Constituição, ou seja, priorizar a reforma agrária e fortalecer os seus instrumentos de execução, a começar pelo INCRA.

Os gestos governamentais em curso, não apenas negam essas necessidades, como, o que é mais grave, aprofunda o abismo que hoje separa o INCRA de suas reais condições em cumprir sua obrigação elementar de fazer a reforma agrária e ordenar a estrutura fundiária brasileira, à luz do princípio constitucional da função social da terra.

Afora esse ostensivo descaso e abandono a que o INCRA está submetido, o que se sabe, por vias transversas – diga-se de passagem, é que setores do Governo, de forma sorrateira, vêm trabalhando um plano de reestruturação da Autarquia, na perspectiva de sua divisão e da redução de sua missão.

Isto também, segundo informações de bastidores, tem como objetivo principal selar, em definitivo, o abandono da reforma agrária e promover, a toque de caixa, a consolidação de seus projetos de assentamento, para mais de 9 mil, objetivando disponibilizar suas terras, algo em torno de 95 milhões de hectares, para o agronegócio e para o negócio mineral.

Como ações de tal natureza, processadas a revelia de seus verdadeiros interessados, os servidores do INCRA e seu público beneficiário, não condizem com as obrigações de um Governo que se intitula Democrático Popular, dentro do Estado de Direito, exigimos:



1. Que a atual Direção do INCRA convoque seus servidores e suas representações, bem assim, as representações de seu público beneficiário, para colocar às claras o que de fato existe, em termos de diretrizes de Governo, sobre toda essa “boataria” acerca da Instituição e de sua missão;

2. Que a atual Direção do INCRA, antes de qualquer decisão a ser tomada sobre a Instituição e sua missão, em obediência aos princípios da razoabilidade, da ética e da transparência, consubstanciais ao Estado Democrático de Direito e a boa gestão da administração da coisa pública, convide as representações dos servidores e do público beneficiário da reforma agrária para, a seu critério, se incorporarem a essa construção, bem como, outros setores organizados da sociedade civil interessados na Questão Agrária.

Brasília/DF, 12 dezembro de 2012

Direção Nacional da CNASI